

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



IBÉRIA

VOLUME 31, 2010

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA NA GUERRA PENINSULAR. O MASSACRE DE 5 DE JULHO DE 1808, EM LEIRIA

O período de 1808-1814, de guerra e conflito, mudou profundamente a forma de os povos da Península Ibérica entenderem a política, as regras de funcionamento das instituições e as condições de possibilidade de convivência de homens de diferentes culturas, regiões, nações, religiões e línguas.

As manifestações colectivas e a expressão pública, mesmo que manipulada, da opinião das massas ou do povo conferiram também às circunstâncias que rodearam, primeiro, a ocupação francesa e, depois, as sublevações de portugueses e espanhóis uma nova dimensão à luta política e à resistência, nas duas monarquias ibéricas.

Como já foi notado, em 1808 "se inicia el camino hacia el cambio del concepto de Monarquía, lo qual conllevaba alteraciones substanciales en el ordenamiento institucional y a una nueva forma de concebir el ejercicio de la autoridad en todos los ámbitos, incluido el local"⁽¹⁾. Ora, é exactamente a nível local que intentamos apreciar, em pormenor, as clivagens da guerra e, sobretudo, a politização que ela provocou. *¹

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT.

⁽¹⁾ Jean-Pierre Étienvre e Emilio La Parra López, "Presentación", in Emilio La Parra López (ed.), *La Guerra de Napoleón en España. Reacciones, imágenes, consecuencias*, Madrid / Alicante, Casa Velázquez-Universidad de Alicante, 2010, p. 11.

Os discursos e os acontecimentos que caucionam esta análise precipitam-se no tempo curto e reportam-se a Leiria e seu termo. Para melhor se perceber a ramificação social e política do governo francês na cidade e, num segundo momento, a preparação da intervenção exterior que põe fim ao domínio civil e militar napoleónico, começamos por destacar duas categorias que inclinam a narrativa para o campo do não dito: o território e a memória.

A visão do território condiciona profundamente a actuação político-militar das partes beligerantes na guerra. Analisando a imagem que os contemporâneos têm dos sítios em redor de Leiria e da própria cidade, verificamos que tanto os ocupantes franceses como as forças militares portuguesas e inglesas nela projectam uma fronteira. Em termos práticos, implantam no terreno mecanismos e meios de vigilância e de demarcação, típicos de uma zona protegida. Vital para a manutenção do domínio napoleónico, a região de Leiria é igualmente percebida, pelas forças que se opõem à ocupação francesa, como uma faixa de segurança, ao centro, e como um baluarte de ligação da província da Beira à capital.

O segundo nó problemático da ocupação remete para o conflito de representações, ou melhor, para a elaboração da memória dos acontecimentos locais, para as vozes e para os protagonistas que fixam a visão do momento, que produzem relatos credíveis e que asseguram a gestão simbólica da vitória. Tudo isto se faz à custa de pesados silêncios, de uma rememoração selectiva de factos e de um constante deslocamento da memória das vítimas da guerra para o espaço incontido de evocação celebrativa dos heróis da pátria.

Em 1808, episódios obscuros, controversos e sangrentos relacionados com a "revolução" de Leiria põem também em evidência um facto inquestionável: o de que a libertação de Leiria acontece por acção de forças exteriores à cidade. Aparentemente alheios aos grupos de interesse e à dinâmica das instituições que governam a urbe, os agentes que promovem a restauração do poder legítimo pertencem ao corpo de Voluntários Académicos da Universidade de Coimbra. Não reclamam poderes de representação, não exercem funções por delegação das autoridades portuguesas depostas e não revelam qualquer vínculo pessoal aos representantes da nobreza, do clero e do povo da cidade.

Depois de fixar a matriz das narrativas históricas produzidas na época, com pormenores que, salvo raras excepções, a historiografia tradicional tem desvalorizado, analisamos os dois tempos do combate e

as duas faces do poder político, elegendo como configurações específicas: a *submissão* e a *revolta*. A primeira configuração remete para o silenciamento das clivagens políticas das elites no decurso da ocupação francesa. A segunda configuração, mais ruidosa, revela a falta de autonomia dos poderes locais na condução do processo político e constitui o aspecto mais surpreendente da conjuntura de guerra e de rebelião popular contra o ocupante estrangeiro.

Inscrição territorial e compromisso afrancesado

Em *Relation de l'expédition du Portugal, faite en 1807 et 1808 par le 1er corps d'observation de la Gironde*, o barão de Thiébault, Chefe de Estado-Maior General do Exército Francês, assinala a importância estratégica do eixo Leiria/Pombal, Coimbra, Almeida, via de ligação privilegiada do centro de Portugal à fronteira espanhola, na proximidade de Ciudad Rodrigo. À margem do meio militar, existe também a percepção clara de que fora intensamente utilizada, pelo exército napoleónico, "uma estrada militar por Almeida, Coimbra e Leiria"⁽²⁾.

Na malha do sistema de comunicações internas do exército napoleónico, que confluía para Lisboa, a região de Leiria ocupava, portanto, o vórtice do triângulo de defesa implantado nas regiões da Estremadura e da Beira. Entre Leiria e a capital, diz Thiébault, "tous les mesures imaginables furent prises pour approvisionner cette route, et la préserver de tous désordres"⁽³⁾. No essencial, o referido percurso foi dotado de poderosas guarnições de infantaria e cavalaria para policiamento, escolta e vigilância constante das populações. Nele se instalaram onze postos de etapa, de patrulhamento e vigilância, controlados por oficiais portugueses que falavam as duas línguas: o português e o francês. Para a

(2) José de Abreu Bacelar Chichorro, *Relação Breve, e Verdadeira da Entrada do Exército Francez, chamado de Gironde, em Portugal em Novembro do Anno de 1807. Contendo o systema francez desenvolvido pelo procedimento dos seus generaes, e mais funcionários públicos*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1809, p. 32 (esta obra circulou sem indicação de autoria).

(3) Baron Thiébault, *Relation de l'Expédition du Portugal, faite en 1807 et 1808, par le 1er corps d'observation de la Gironde, devenu Armée de Portugal*, Paris, Chez Magimel, Anselin et Pochard, 1817, p. 93.

segurança da rede de comunicação, os postos de etapa foram equiparados a centros operacionais de comando e guarnecidos por um brigadeiro, quatro "gendarmes" franceses, quatro dragões franceses e oito cavaleiros portugueses. Esta estrutura comportava ainda duas colunas móveis de nove homens, sob comando de oficiais franceses, que fiscalizavam o serviço dos postos intermédios no eixo de comunicação que abrangia Leiria / Pombal, Coimbra e Almeida e que necessariamente confluía para o centro nevrálgico do poder francês instalado em Lisboa⁽⁴⁾.

Um mapa impresso, datado de 27 de Dezembro de 1807, contemplava os destacamentos e os pagamentos à tropa encarregada de vigiar esta importante rede viária ancorada em Leiria, conforme se depreende da correspondência trocada entre o corregedor desta cidade, João Luís Pereira da Costa e o Conselho de Regência, em Lisboa⁽⁵⁾. Para acautelar a segurança das comunicações, o corregedor mantinha contactos regulares com o coronel Thomas, o chefe do esquadrão acantonado em Coimbra⁽⁶⁾ e com o conde de Novion, comandante da Guarda de Polícia de Lisboa. E com vista a garantir a colaboração portuguesa, recebia ordens do conde de Sampaio, em 25 de Janeiro de 1808, para dobrar os vencimentos dos oficiais portugueses "que se mandarão estacionar nas onze mansoens em que se divide o itinerário de Lisboa até Almeida para servirem de

⁽⁴⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁵⁾ Arquivo Histórico Militar, Div. 1-14-001-104. Em carta, datada de 23 de Janeiro de 1808, o corregedor de Leiria, escrevendo em português, precisa: "Havendo recebido o Mapa impresso da data de 27 de Dezembro p^a pagamento da Tropa Franceza e Portugueza da Guarda da Policia, que se acha aqui aquartelada nesta cidade, pelo qual me manda dar ao Gendarmia (sic) que esta fazendo as vezes de Brigadeiro, e ao Brigadeiro Portuguez a quantia de 176 rs por dia a cada hum; hontem me foi apresentada huma ordem de Monsieur Thomas, chefe de esquadra residente em Coimbra pela qual me manda que se pague a 240 rs por dia, vindo a acrescentar-se ao soldo do dito Mapa 64rs por dia, os quais lhe paguei desde o primeiro de Janeiro".

⁽⁶⁾ Veja-se a relação intitulada: "Estado nominativo dos officiaes, officiaes inferiores e gendarmas, dragões, e soldados a cavallo portuguezes destinados para a policia da estrada de Lisboa a Almeida" da inspecção geral e da 6^a brigada residente em Coimbra, englobadas na "Gendarmeria Imperial, 1^o corpo da Gironda. Força Pública", publicada por Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, Coimbra, Tipografia Afântida, 1944, vol. 1, pp. 129-130.

intérpretes e comissários das tropas francesas"⁽⁷⁾. Para além dos soldos e do aquartelamento da tropa, o afrancesado corregedor de Leiria, João Luís Pereira da Costa, é incumbido de aprovisionar a cavalaria, abastecer de forragens os celeiros militares e controlar as corridas dos postilhões, ou seja, o movimento dos correios⁽⁸⁾.

O sistema de comunicações que o corregedor de Leiria ajudou a criar permaneceu operativo até bastante tarde. Em Junho, quando em todas as principais vilas e cidades do Norte e do Sul do país a bandeira portuguesa era hasteada e em público se entoavam vivas à Restauração, "le centre du Portugal n'eut pas encore partagé cette effervescence", conforme reconhecia o barão de Thiébault⁽⁹⁾.

Para que o movimento restaurador deixasse de ter uma dimensão regional e se estendesse a todo o reino, um dos objectivos da resistência, organizada a partir do Norte do país, consistia em minar o plano de comunicações implantado no terreno pelo exército francês. Segundo Ovídio Saraiva de Carvalho, membro destacado do corpo de Voluntários Académicos, "para de huma vez se interceptar a intelligencia, que podesse ainda haver com o inimigo, se vedou rigorosamente por piquetes, e guardas académicas, a passagem, e trânsito de Norte para Sul a todo o sexo, condição e qualidade, permitindo-se todavia o trânsito inverso"⁽¹⁰⁾. A estes piquetes académicos se ficou a dever o restabelecimento de correspondência entre a Câmara de Leiria e o Governador de Coimbra, criando-se, entretanto, uma nova rede fixa de comunicação entre Pombal, Lourçal e Ansião. Com piquetes volantes e fixos e com recurso às Ordenanças locais foram surpreendidos nas imediações de Pombal, Leiria e Alcobaça espíões e correios de Thomiers, Delaborde e Junot.

Como relata ainda Ovídio Saraiva de Carvalho, das "presas feitas pelos académicos [...] se conta huma grossa malla, recheada de muitas

⁽⁷⁾ Arquivo Histórico Militar, Div. 1-14-001-052, Carta de 25 de Janeiro do Conde de Sampaio para o Corregedor de Leiria.

⁽⁸⁾ Arquivo Histórico Militar, Div. 1-14-001-23, Nota de 26 de Janeiro de 1808 respeitante ao ofício para o Corregedor de Leiria.

⁽⁹⁾ Baron Thiébault, *Relation de l'Expédition du Portugal, faite en 1807 et 1808, par le 1er corps d'observation de la Gironde, devenu Armée de Portugal...*, cit., p. 125.

⁽¹⁰⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico, consagrado ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. João de Almeida de Mello e Castro*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1812, pp. 54-55.

preciosidades, e com a particularidade hum Mappa thopografico de Portugal comprehendido entre os rios Tejo e Minho feito com todo o dezerpenho. Não escaparão á curiosidade do seu author anonymo as menores estradas, veredas, atalhos, rios, riachos, nem as mais desconhecidas povoações. [...] foi entregue ao Illustrissimo Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, de cujas mãos passou ás do Excelentíssimo General em Chefe do Exército Portuguez, que marchava à Restauração de Lisboa, Bernardim Freire de Andrade"⁽¹¹⁾.

A descoberta, na bagagem do exército inimigo, de um mapa tão pormenorizado referente ao centro e ao norte de Portugal permite demonstrar a existência de levantamentos cartográficos realizados por engenheiros franceses e portugueses e a importância que lhes era atribuída na definição estratégica dos cenários escolhidos para a logística da guerra em 1807-1808* ⁽¹²⁾. De facto, Napoleão considerava que não era possível garantir a ocupação do território sem o recurso a modernos e fidedignos instrumentos cartográficos. Por esse motivo, e quando ainda não estavam acantonados todos os regimentos militares franceses na capital, Junot, dando cumprimento às instruções do imperador, registava: "Trabalha-se constantemente na planta e no levantamento dos terrenos que percorremos; mandei reunir, na medida do possível, as plantas das praças-fortes de Lisboa, da costa, das pontes e das estradas de Portugal"⁽¹³⁾. Em Janeiro de 1808, anexa à memória descritiva da marcha realizada pelo exército francês, desde a fronteira de Almeida até Lisboa, um "mapa de reconhecimento", que diz ter sido "levantado com muita exactidão por um oficial de Engenharia francês ao serviço de Portugal"⁽¹⁴⁾.

⁽¹¹⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *ob. cit.*, pp. 57-58

⁽¹²⁾ Maria Helena Dias, *Portugal em vésperas das Invasões Francesas: conhecimento geográfico e configurações*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2007; Cf. António Pedro Vicente, *Memórias Políticas, Geográficas e Militares de Portugal, 1762-1796*, sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, n.º 42, 1971 e *idem*, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, pref. Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971-1983, 3 vols.

⁽¹³⁾ Jean-Andoche Junot, *Diário da 1 Invasão Francesa* (Introdução de António Ventura, tradução de Manuel Ruas), doc. n.º 83, cópia da carta dirigida ao imperador, a 9 de Janeiro de 1808, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 127.

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem*, doc. n.º 84, cópia da carta dirigida ao imperador, a 15 de Janeiro de 1808, p. 128. Entre Janeiro e Maio, Junot regista o envio para França de outros mapas de terras, caminhos, fortes e cidades de Portugal.

Para além do reconhecimento da fronteira terrestre e dos mapas, desenhos e memórias coligidos, entre 1797 e 1808, pelo general Charles de la Rozière⁽¹⁵⁾, dos relatórios e cartas de fortalezas realizados pelo coronel Vincent⁽¹⁶⁾, de projecções cartográficas dos arredores de Lisboa e muitas outras das plantas atribuídas a engenheiros militares franceses⁽¹⁷⁾, a famosa planta de Leiria, datada de 1809, segundo indica a cópia de Tito Larcher, e que foi reproduzida pelo major Manuel Joaquim Brandão de Sousa em 1816, terá sido, com toda a probabilidade, concebida no decurso da primeira invasão francesa, dada a abundância de especificações que

⁽¹⁵⁾ Durante a chamada Guerra das Laranjas e antes da perda da praça fronteiriça de Olivença, o marquês de la Rozière, realista emigrado em Portugal, foi nomeado, em 1801, inspector geral das fronteiras pelo duque de Lafões. Os documentos cartográficos que aquele emigrado francês mandou elaborar foram de capital importância para a ocupação napoleónica em 1807-1808. Veja-se a relação de documentos que, em 12 de Janeiro de 1808, confia ao coronel Vincent, comandante da arma de engenharia do exército francês, relação que tem o título: "État des cartes, plans, itinéraires, mémoires et papiers relatifs à l'inspection des frontières et des cotes de Portugal", in Antonio Pedro Vicente, "Para a História da Engenharia Francesa em Portugal - Aspectos da actuação do coronel Vincent, 1807-1808", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 5, 1972, pp. 658-671. Para o conteúdo dos relatórios do coronel Vincent, veja-se Cristo vão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia Organica e Política do Exercito Português. Provas*, vol. X, *Guerra Peninsular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 99-158.

⁽¹⁶⁾ Segundo o general Foy, os levantamentos efectuados por engenheiros franceses "relevèrent les fortifications délabrées des chateaux; haussèrent et épaissèrent les parapets; construisirent des travers dans les ouvrages et des redoutes fermés sur les points extérieurs dominants", Foy, *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoléon, précédée d'un tableau politique, et militaire des puissances beligerantes*, Paris, Boudouin Frères, vol. 3, 1829, p. 12. Sobre a acção que o coronel Vincent desenvolveu em Portugal, em especial a sua colaboração com Delaborde para a defesa de Tomar e Leiria, veja-se Antonio Pedro Vicente, *O tempo de Napoleão em Portugal Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2000, pp. 36-37 e 237-251.

⁽¹⁷⁾ Cf. António Pedro Vicente, *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire: aspects de son activité à l'époque de l'invasion et de l'occupation de ce pays par l'armée de Junot, 1807-1808*, pref. Jacques Godechot, Lisboa, Dir. do Serviço de História Militar, 1984.

comporta, as quais denotam uma exploração presencial e intensiva da malha urbana no território⁽¹⁸⁾.

Pela parte portuguesa, outros documentos mostram que Leiria nunca esteve fora do campo de mira dos ocupantes franceses, antes e depois de 1807⁽¹⁹⁾. O percurso Coimbra/Leiria/ Abrantes, desenhado pelo Capitão Manuel Isidro da Paz reforça, também, de forma explícita, a importância estratégica daquele corredor militar no território português⁽²⁰⁾. Tal como a ocupação do forte de Peniche, ideada por Fortunato José Barreiros, major agregado do Regimento de Artilharia nº 3 de Lisboa, reporta planos de ocupação efectivamente postos em prática.

Neste capítulo, as *Memórias concernentes d defesa do Porto de Lisboa e Praça de Peniche oferecidas ao Illmo Senhor Junot* por Fortunato José Barreiros, em 10 de Dezembro de 1807⁽²¹⁾, exprimem o compromisso afrancesado de um homem que acabaria por ser acusado e sentenciado,

(18) A importância estratégica acordada a Leiria e seu termo pelo exército napoleónico, a efectiva ocupação da cidade em 1807 e 1808, necessária aos levantamentos topográficos dirigidos por engenheiros franceses, e a acção desenvolvida na região pelo destacamento de Delaborde, no qual se integrou o coronel Vincent, comandante da arma de engenharia do exército francês e responsável de grande número de cartas e plantas do território português neste período, são factores que, em nosso entender, justificam que se faça remontar a planta original de Leiria a 1808, apesar da datação de Tito Larcher, de 1809, inscrita na cópia da versão primitiva, cuja origem e paradeiro se desconhece.

(19) No tempo em que o marquês de la Rozière esteve ao serviço do exército português (1801-1807), privilegiaram-se os itinerários de fronteira e as plantas das praças-fortes das províncias da Beira, Alentejo e Minho. De qualquer modo, há notícia de um intenso levantamento de redes hidrográficas e da elaboração de plantas topográficas de pontos considerados nevrálgicos, com destaque para Coimbra e seu aro geográfico, até Leiria, e das *Places du Grand Carton n° 54 de la division de M. du Pay* que ligavam Almeida à estrada principal até Lisboa, a qual passava por Leiria. Cf. António Pedro Vicente, "Tara a História da Engenharia Francesa em Portugal - Aspectos da actuação do coronel Vincent, 1807-1808", *cit.*

(20) O desenho do capitão Manuel Isidro da Paz, com a inscrição: "Marcha dos dias 1,2,3,4 de Março de 1812", foi reproduzido por Claudio de Chaby, *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos à Guerra denominada da Peninsula e as anteriores de 1801 e do Roussillon e Catalunha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, vol. 5, estampa IV.

(21) Cf. Cristovão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia Organica e Politica do Exercito Portuguez. Provas*, vol. X, *Guerra Peninsular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 259-291.

História e Política: relatos da ocupação e da resistência

Se a cartografia e outros documentos justificativos plasmam as inscrições físicas da memória da ocupação, os testemunhos e os relatos circunstanciais produzidos pelos contemporâneos dão a conhecer os temores, os traumas e as incertezas de um tempo inacabado, vivido, colectivamente, de forma inquietante. No capítulo das narrativas históricas e registos memoriais privilegiámos, apenas, textos portugueses: a *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* (1810) de José Acúrsio das Neves⁽²²⁾; a *Memória dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria e seus contornos por ocasião do combate dado em 5 de Julho de 1808*, de João José do Souto Rodrigues, publicado sem data e sem local de edição⁽²³⁾; a "Relação da marcha, e do sucesso da expedição do destacamento, que de Coimbra se dirigiu a Pombal e Leiria", assinada por Vitorino de Barros Carvalhais e publicada, entre 23 e 28 de Julho de 1808, nos n.ºs 10, 11, 12 e 13 do jornal *Minerva Lusitana*⁽²⁴⁾; Os "Apontamentos para uma História da Restauração do Reino em 1808", manuscrito atribuído ao franciscano Frei Inácio de S. Carlos⁽²⁵⁾ que segue de perto o relato de Vitorino de Barros Carvalhais; e, por fim, um texto fundamental do estudante Ovídio Saraiva de Carvalho,

⁽²²⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, in *Obras Completas*, Estudos introdutórios de António Almodovar e Armando de Castro, Porto, Edições Afrontamento, 1984, 5 tomos, 2 vols. A primeira edição desta obra foi publicada em Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, em 1810 e 1811.

⁽²³⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria e seus contornos por ocasião do combate dado em 5 de Julho de 1808 pelo exercito francez commandado pelo general Margaron; e das antecedências, que o occasionarão, offerecida ao publico da mesma cidade*, s.l., s.d..

^m*Minerva Lusitana*, n.º 10, 23 Jul. 1808; n.º 11, 26 Jul. 1808; n.º 12, 27 Jul. 1808; n.º 13, 28 Jul. 1808.

⁽²⁵⁾ Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 1747. Seguimos a compilação do manuscrito original organizada por Cristo vão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia Organica e Política do Exercito Português. Provas*, vol. XIII, *Guerra Peninsular*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 185-414. A parte respeitante a Leiria encontra-se parcialmente reproduzida na colectânea: *Leiria, 5 de Julho de 1808. O massacre da Portela, 200 anos*, prefácio selecção e notas de Carlos Fernandes, Leiria, Textiverso, 2008, pp. 58-76.

O Patriotismo Académico⁽²⁶⁾, revelador dos avanços e recuos e das tremendas dificuldades experimentadas pelos destacamentos académicos, pelas milícias e corpos de Ordenanças no resgate de Leiria e seu termo.

Todas estas fontes reavivam o arquivo de recordações dos sobreviventes, onde cabem exageros e esquecimentos, testemunhos volúveis e contraditórios e alusões a documentos de natureza diversa. No campo das omissões deliberadas, Barros Carvalhais confessa ter descurado "muitas pequenas circunstancias", para não alongar o relato e porque, em traços breves, dava por alcançado o seu objectivo de louvar "a intrepidez e presença de espírito dos Voluntários no meio de tantos riscos"⁽²⁷⁾. A este objectivo, Frei Inácio de S. Carlos acrescenta um outro: "o de não transcrever tudo *ad formalia* como vem nos papéis públicos, excepto aquilo que for inteiramente confirmado em geral por verdadeiro"⁽²⁸⁾. O valor do testemunho pessoal é particularmente enfatizado pelo bacharel formado em leis João José Souto Rodrigues que afirma, no termo da sua narrativa, não ter medo da verdade e não recear qualquer tipo de desmentido⁽²⁹⁾.

Em José Acúrsio das Neves, a memória orgânica das fontes acentua a vigilância crítica do historiador, que esclarece: "As leis da História, que por uma parte proíbem o silêncio sobre os factos mais interessantes e por outra exigem do historiador a verdade e a imparcialidade como o primeiro e o mais essencial dos seus deveres, me obrigaram, bem a meu pesar, a referir alguns sucessos ou circunstâncias que não poderão agradar a alguns dos meus compatriotas"⁽³⁰⁾.

⁽²⁶⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico, consagrado ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. João de Almeida de Mello e Castro*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812.

⁽²⁷⁾ *Minerva Lusitana*, n.º 13, 28 Jul. 1808.

⁽²⁸⁾ Cf. Cristovão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia Organica e Politica do Exercito Português. Provas*, vol. XIII, pp. 185-186.

⁽²⁹⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., p. 20.

⁽³⁰⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., 1.1, vol. 1, p. 144. Sobre o tema veja-se, Ana Cristina Araújo, *Memória e Mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves*, Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008.

Na narrativa da *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, referente ao governo de ocupação e à retirada francesa em 1807 e 1808, Acúrsio das Neves sobrepõe às incertezas do presente o juízo histórico do passado, iluminado pela crença num futuro de paz e progresso. Julga ideologicamente os protagonistas do processo político durante o período de dominação napoleónica. Critica a actuação de certas figuras e instituições e procura articular a interpretação historicista dos acontecimentos com a sua leitura patriótica do momento político. A intencionalidade do seu exercício de memória sintetiza-se nesta expressão lapidar: "*Não escrevo para a história do tempo mas escrevo para o tempo*"⁽³¹⁾.

Reparte, basicamente, a narrativa da libertação de Leiria pelos capítulos IX do tomo 3 e XXIX, XXX, XXXI e XXXIII do tomo 4 da *Historia Geral da Invasão dos Franceses*. Recorre a documentos particulares e oficiais, regista o que ouve dizer, os boatos que circulam, procura reunir testemunhos fidedignos dos acontecimentos e ousa divergir, abertamente, na interpretação dos mesmos, de outros cronistas. Em caso de dúvida, prefere ouvir os protagonistas e com base nos seus depoimentos não poupa palavras para exprimir cenas de violência e de alvoroço popular. Afirma, por exemplo, que se distancia do testemunho de Barros Carvalhais, considerando-o impreciso e exagerado, mas confere-lhe valor documental. Por isso, transcreve uma passagem que oferece "à crítica dos que lerem, para que ao menos não fiquem escurecidos os nomes dos valorosos académicos que mais se distinguiram"⁽³²⁾.

Em causa estava o patriotismo dos bravos Voluntários Académicos, cujo heroísmo era equiparado aos feitos dos gloriosos antepassados portugueses "em lealdade e glória"^{31 32 (33)}. O afecto pátrio, patente na evocação da fidelidade da nação ao seu rei e à religião, fortalece-se com os inúmeros exemplos vivos de virtude cívica e de valentia pessoal, que a guerra proporciona. Ritualizado e exaltado, o patriotismo funciona, neste contexto, como factor de superação do presente e como fonte de

(31) José Acúrsio das Neves, *Cartas de um Português aos seus concidadãos sobre diferentes objectos de utilidade geral e individual*, in *Obras Completas...*, vol. 6, p. 137, (itálico nosso).

(32) José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cif., t. IV, vol. 2, pp. 192-193.

^m*Mínerva Lusitana*, n.º 5, 16 Jul. 1808.

energia e de esperança para o futuro. Associado ao sentimento religioso, fortalece a identidade da nação, enquanto comunidade histórica e cimentada o respeito pela lei.

Em suma, ao converter-se num lugar-comum da retórica política, a pátria é sacralizada, historicizada e oferecida como símbolo de união às gerações vindouras. Por essa razão, Ovídio Saraiva de Carvalho afirma que a "Nação agradecida" aos valorosos filhos de Minerva, deveria preservar a sua memória, mandando erguer-lhes estátuas com a seguinte legenda: *Os Académicos das venturosas Epochas de 1808 e 1809 sendo mais aluminados, não fordo menos guerreiros que os da de 1645. Oxalá que os seus concidadãos os imitem, porque então, eu o abono, nem toda a força do Universo junta será suficiente para a conquista de hum ponto de terreno, Portugal, Nação que circunscreve em si hum Príncipe humano e condigno dos incensos que Roma tributava aos seus Heroes*"⁽³⁴⁾.

A aceção ética, cívica e política de patriotismo⁽³⁵⁾ que encontramos expressa em Ovídio Saraiva de Carvalho, Acúrsio das Neves ou, mesmo, em Vitorino de Barros Carvalhais aflora, de outro modo, na *Memória dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria*, de Souto Rodrigues. Neste autor a palavra pátria é, sobretudo, usada para exprimir o apego à matriz local, à cultura e à governança da terra.

Na narração dos sucessos dos povos de Leiria, o vocábulo compatriota denota, portanto, "a nossa gente", a comunidade que se circunscreve a um determinado território, que goza do direito de representação na Câmara e que tem o seu corpo de Ordenanças, ou seja, cuja identidade é marcada pela proximidade vicinal, corporativa, familiar e local. Este patriotismo de expressão local recorre também a símbolos nacionais comuns, como sejam, as insígnias reais e a bandeira nacional, para sacralizar o primeiro de todos os vínculos políticos, o do leal

⁽³⁴⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., pp. 166-167.

⁽³⁵⁾ Para uma compreensão lata do problema, vejam-se os clássicos estudos de Maurizio Viroli, *For Love of Country. An essay on patriotism and nationalism*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1995; e Kantorowicz, *Morrer pela Patria*, Lisboa, Público-Sá da Costa, 1991. Sobre o patriotismo no pensamento de José Acúrsio das Neves, Ana Cristina Araújo, *Memória e mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves*, Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008.

súbdito à terra dos seus antepassados⁽³⁶⁾. Em suma, "o compatriotismo exemplar" que anima Souto Rodrigues, exprime o amor à "Cidade", a que chama sua "Pátria", e encontra o seu acume histórico na retórica política que impõe "que todo o Mundo conheça quanta parte se lhe deve na Restauração deste Reino"⁽³⁷⁾.

Na narrativa heroica da restauração da cidade, composta por Souto Rodrigues, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, a exaltação patriótica que promana daquele vínculo político primevo não apaga as clivagens e os motivos de dissidência que dividiram os habitantes de Leiria durante a chamada primeira Invasão Francesa. Ao de leve, afloram acusações de impostura e insinuações de atitudes de traição e de cobardia. O autor aponta-as mas para que essas marcas não atingissem gente inocente, Souto Rodrigues põe a correr a *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria e seus contornos*, sem licenças de impressão e sem local e data de edição.

A resistência armada nas trincheiras da luta política

Na Estremadura e na Província da Beira, a falta de controlo, por parte das populações locais, das principais vias de comunicação terrestres, vigiadas pelo exército da Girona, a possibilidade de uso desproporcionado da força e o receio de eventuais actos de retaliação sobre as gentes da terra cometidos por militares franceses e magistrados afrancesados, foram factores que dificultaram a organização da resistência.

Só um mês volvido sobre a primeira revolta do Porto, ocorrida em 8 de Junho de 1808, a cidade de Leiria caiu, definitivamente, em poder das forças restauracionistas. O ataque exterior, perpetrado por um bando de homens mal armados, secundados por paisanos desordeiros, foi determinante para a capitulação do governo civil e militar francês. O movimento de libertação, pontuado por acções furtivas de banditismo local, teve, desde o início, uma direcção. Ao comando desse contingente de bandoleiros armados, que se infiltrou na cidade, encontrava-se o corpo

⁽³⁶⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., p. 10.

⁽³⁷⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., p. 20.

de Voluntários Académicos da Universidade. O raio de acção deste grupo paramilitar de elite, organizado em Coimbra, em coordenação com o comando naval inglês que se preparava para desembarcar na costa de Lavos, estendeu-se, num primeiro momento, à Figueira da Foz, a Leiria e à Nazaré.

Em Coimbra, a rebelião anti-francesa havia sido objecto de aturada conspiração. Com o concurso de um punhado de lentes, opositores e estudantes da Universidade, em contacto com conspícuos agentes da magistratura, voluntariamente afastados dos seus cargos durante a ocupação, - com destaque para o brigadeiro e encarregado da inspecção das milícias Miguel Pereira Forjaz e para os sargentos de artilharia Bernardo António Zagalo e Tristão Álvares da Costa Silveira, este também lente de Cálculo da Faculdade de Matemática, desde 1802 - constituiu-se o núcleo revoltoso que, em concertação com um grupo de representantes da Junta do Supremo Governo do Porto, desencadeou o alvoroço popular⁽³⁸⁾.

De facto, o primeiro sinal do movimento restauracionista foi dado por uma patrulha de emissários da Junta do Porto, capitaneada por José Bernardo Azevedo, que, fazendo-se passar por opositor da Faculdade de Teologia, tumultou as populações de Oliveira de Azeméis, Aveiro, Mealhada e Coimbra. Na noite da festa de S. João, a 23 de Junho, o bando revoltoso conseguiu desbaratar, sem dificuldade, a pequena guarnição francesa acantonada no colégio de S. Tomás - composta por pouco menos de meia centena de soldados franceses. Às primeiras barricadas de rua não compareceram as classes superiores, que, prudentemente, se afastaram do tumulto. Os insurrectos chamaram a si o juiz do povo, o tanoeiro José Pedro de Jesus e, vencendo pacificamente algumas resistências, forçaram a capitulação das autoridades locais.

Seguindo um plano previamente acordado, os insurgentes confiaram o governo da cidade ao vice-reitor da Universidade, Manuel Pais de Aragão Trigoso, e o das armas da Província ao general Bernardim Freire de Andrade, que abdicou a favor de seu irmão, o coronel Nuno Freire de Andrade. Antes de consumada a transferência de poderes civis e militares, os revoltosos interceptaram correios inimigos, fizeram 60 prisioneiros de guerra e remeteram-nos para o Porto, apreenderam barcos carregados

⁽³⁸⁾ Sobre a restauração de Coimbra, com remissão de fontes, veja-se, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular...*, *ob. cit.*, vol. 1, p. 115 ss..

de provisões de boca ancorados no Mondego e tomaram de assalto o colégio dos Pimentas, onde se achavam depositadas as armas dos três regimentos de cavalaria das províncias do Norte, desmobilizados há largos meses. O primeiro edital publicado pelo vice-reitor na qualidade de governador da cidade, datado de 25 de Junho de 1808, destinou-se a proclamar a libertação da cidade e a conter a desordem popular. Neste acto, o governador prometia empregar "o modo mais prompto de severamente castigar, descobrir, e prevenir delictos" e silenciar os afrancesados, ou seja, "extirpar os infames traidores, quando haja entre nós alguns"⁽³⁹⁾.

Dois dias depois, partiu de Coimbra uma pequena expedição destinada a tomar de assalto o forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz. O comando desta missão, na qual também participou outro militar de carreira, Inácio Caiola, estudante de Filosofia e sargento do Regimento de Infantaria n° 13 de Peniche, foi confiado ao sargento de artilharia Bernardo António Zagalo. A memória da rendição do Forte de Santa Catarina, publicada na *Minerva Lusitana* de 13 de Julho de 1808, da autoria de Zagalo, muito contribuiu para a heroicização colectiva dos protagonistas daquele feito, um grupo de 25 estudantes armados, secundados por mais de trezentos paisanos, sem armas nem munições, mas dispostos a lutar pela restauração do governo legítimo, ao lado dos estudantes, envergando apenas varas, chuços, foices e forquilhas.

Esta aliança de académicos e populares, instigada, talvez, pelo conhecimento da dinâmica dos primeiros comités revolucionários franceses, acabou por conferir, tal como ocorreu em Espanha, alguma importância à presença paralela de bandos populares frustemente armados, dispostos a empreender, ao primeiro chamamento, acções de guerrilha de alcance local. Longe de ser espontânea, a guerrilha organizou-se a partir de grupos de paisanos, vagabundos, bandoleiros e desertores sob a orientação de um chefe ou de uma liderança mobilizadora⁽⁴⁰⁾, como

⁽³⁹⁾Cf. *Minerva Lusitana*, n° 2, 13 Jul. 1808.

⁽⁴⁰⁾ Nos últimos anos, o tema da guerra de guerrilha em Espanha tem sido amplamente estudado. Com abundantes remissões, vejam-se os estudos fundamentais de Antonio Moliner Prada, *La Guerrilla en la Guerra de la Independencia*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2004; *Idem*, "Rebeldes, combatientes y guerrilleros", in *Actores de La Guerra de la Independencia. Mélanges de la Casa Velázquez*, nouvelle série, t. 38(1), 2008, pp. 115-134; Charles Esdaile, *España contra*

aconteceu nas missões empreendidas pelos Voluntários Académicos, quase sempre secundados nas suas marchas por grupos de homens e mulheres das terras por onde passavam e que eram arrastados para o combate ao grito de revolta dado pela milícia estudantil. A par deste traço comum da luta contra o ocupante, a vanguarda libertadora que a partir de Coimbra conduziu, na região da Beira litoral, a resistência anti-francesa apresenta outras características, bem mais modernas.

O primeiro vínculo de modernidade desse corpo de académicos pronto a encabeçar a resistência armada radica na sua composição voluntária, inteiramente livre e isenta de coacção, e na mobilização eminentemente juvenil da "força armada" então constituída sob tutela de jovens destacados oficiais do exército, ao serviço da Universidade. A formação desta pequena vanguarda, maioritariamente integrada por rapazes da academia, responde também, pela sua composição etária, ao modelo de alistamento militar dos modernos exércitos nacionais, promovidos pelos Estados-Nação emergentes. O segundo traço forte de ligação do Corpo de Voluntários Académicos à sociedade prende-se com a adequação da propaganda patriótica às missões de resistência armada, em defesa do bem comum. É neste contexto que se forja a exaltação da figura cívica do herói militar, por exemplo, do jovem comandante Bernardo António Zagalo, que alcançou, sem derramamento de sangue, a rendição do forte de Santa Catarina na Figueira da Foz⁽⁴¹⁾ e do seu primeiro comandante, o jovem Doutor Tristão Álvares da Costa Silveira, 6º Lente de Matemática e tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros do Exército português⁽⁴²⁾.

Napoleón. Guerrillas, bandoleros y el mito del pueblo en armas (1808-1814), Barcelona, Edhasa, 2006; Ronald Fraiser, *La Maldita Guerra de España. Historia Social de la Guerra de la Independencia, 1808-1814*, Barcelona, Crítica, 2006; Francisco Miranda Rubio, *La Guerrilla en la Guerra de la Independencia*, Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1982; e Richard Hocquellet, *Résistence et révolution durant l'occupation napoléonienne en Espagne (1808-1812)*, Paris, La Boutique de l'Histoire, 2001.

⁽⁴¹⁾Ana Cristina Araújo, *A Legião de Minerva e o Patriotismo Académico. Heróis, fados, ideias e mitos* (no prelo).

⁽⁴²⁾ Cf. Fernando Barreiros, *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*, Lisboa, Livraria Bertrand e Aillaud, 1918 e Pedro Luna, *Memórias para servirem á história de patriotismo e valor praticados pelo distincto e bravo Corpo Academico que fez parte do exercito libertador*, Lisboa, Typografia Lisbonense, 1837.

Da conferencia e da concertação de estratégias entre académicos, governantes locais e autoridades militares resultou também a imagem unitária de um restrito mas activo Corpo de Voluntários, composto por 7 companhias: 5 de infantaria, 1 de cavalaria e 1 de artilharia⁽⁴³⁾. O reforço de operacionalidade desta força, que tinha como sargento-mor, o lente de Metalurgia, José Bonifácio de Andrada e Silva, reflectiu-se na disciplina imposta aos exercícios, guarnições e marchas, registados, diariamente, em assentos próprios, isto é, nos chamados "Livros de Ordens" do "Batalhão Académico". Sem soldo, mas com direito a farda, patentes e respectivas insígnias, os académicos recrutados constituíram, portanto, um "corpo iluminado" e hierarquizado que participou, também, voluntariamente, a partir de Agosto de 1808, em acções militares conjuntas, tuteladas pelo exército luso-britânico⁽⁴⁴⁾.

Antes disso, e sem que deixassem de ter o superior aval das forças inglesas aliadas, tentaram dar uma resposta integrada à luta armada de resistência contra o invasor, constituindo para o efeito a "Companhia de Artífices", designação aplicada ao conjunto dos estudantes e mestres que, trabalhando no "Laboratorio Chimico", sob a direcção do lente de Química Tomé Rodrigues Sobral, se ocuparam, exclusivamente, da produção de munições. Para a constituição deste pequeno arsenal de guerra muito contribuíram outras figuras de destaque no meio académico, especialmente, Manuel José Barjona, lente substituto da Faculdade de Filosofia, José Freitas Guimarães, Joaquim Franco da Silva e Joaquim Batista, todos eles formados em Filosofia.

No "Laboratorio Chimico", os almofarizes de pedra foram adaptados à produção de pólvora. Diariamente, afluíam ao laboratório carregamentos de carvão para a fundição de balas e produção de artificios de guerra. Segundo informa o Suplemento da *Minerva Lusitana*, de 3 de Dezembro de 1808, em pouco mais de três meses, entre 27 de Junho e 30 de Setembro, saíram do laboratório perto de uma tonelada de cartuchame e cerca de 100 arrobas de pólvora. Em média, eram produzidos e encaixotados,

⁽⁴³⁾Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livro Mestre do Corpo dos Voluntarios Academicos, Julho de 1808*.

⁽⁴⁴⁾Ana Cristina Araújo, "A participação do Batalhão Académico de Coimbra na derrota dos franceses no Porto", in AA.VV, *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*, Porto, Público/Câmara Municipal do Porto, 2009, vol. II, pp. 275-308.

diariamente, 6000 a 7000 cartuxos⁽⁴⁵⁾. Sob a direcção de Bonifácio de Andrada e Silva, lente de Metalurgia e Intendente Geral de Minas e Metais do Reino, as ferrarias de Tomar e da Foz do Alge cooperaram, também, na fundição de ferro e na reparação de armas e utensílios. Na sociedade civil, outra fábrica, a de fiação de Manuel Fernandes Magalhães foi igualmente mobilizada para a produção de material de guerra⁽⁴⁶⁾. E até a imprensa da Universidade participou no processo de produção de armamento, enviando para o laboratório papel e pergaminho.

A coesão do corpo de Voluntários Académicos revelou-se decisiva para o êxito das mais arriscadas missões que lhe foram confiadas. A marcha em direcção a Pombal, Leiria e Nazaré, em que participou o furriel de cavalaria Vitorino de Barros Carvalhais, comportou inúmeras dificuldades, terríveis ciladas e situações imprevisas que puseram à prova a falta de preparação militar e de rigor tático da maioria dos membros do corpo de Voluntários Académicos.

A missão foi mantida secreta pelas cúpulas da milícia estudantil. "A muito poucos se comunicou a ideia de uma nova expedição, sendo 15 somente" os que souberam do assalto projectado ao forte da Nazaré, escreve um dos integrantes da operação⁽⁴⁷⁾. O sucesso desta operação de limpeza da costa litoral, muito provavelmente resultante de instruções combinadas com oficiais britânicos, deve essencialmente atribuir-se, apesar de todas as vicissitudes, a elementos de ligação do exército, caçadores e artilheiros, com o corpo de Voluntários Académicos.

Sistematizando o modelo de actuação dos Voluntários Académicos na sua progressão para Sul, pode dizer-se que, em primeiro lugar, actuam organizados em pequenos piquetes volantes. À sua passagem por Condeixa, Ega, Soure, Pombal e outros sítios atraem multidões⁽⁴⁸⁾. Proclamam a "Revolução", mandando hastear a bandeira nacional e

⁽⁴⁵⁾Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., p. 77.

⁽⁴⁶⁾Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular...*, cit., vol. 1, p. 170.

⁽⁴⁷⁾*Minerva Lusitana*, nº 17, 5 Ago. 1808.

⁽⁴⁸⁾ "A expedição dos académicos, que saíra de Coimbra em 28 de Junho, composta de 1 furriel e 15 companheiros, estudantes, e soldados a cavalo, vinha fazendo levantar a paisagem dos lugares por onde passava, de que uma parte se lhe ia incorporando, de forma que chegando a Leiria no dia 30, já se contavam uns 200 ou 300 combatentes, bem ou mal armados, marchando em tumulto, fazendo motim, e levantando uma poeira que se ouviam e divisavam de muito

descobrir as armas reais nos edifícios públicos. Não controlam as acções de rua e lançam uma outra guerra, a guerra da palavra, favorecida pela intensa propaganda restauracionista, saída, igualmente, dos pelos da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Em situações extremas, ou seja, quando as dificuldades no terreno apertam, fazem emboscadas e estimulam a guerrilha, como aconteceu em Ponte de Pedra, à entrada de Leiria, no casal dos Ovos a três léguas da cidade, no sítio da Peste, na Barquinha, na Nazaré e outros locais⁽⁴⁹⁾. A actuação paramilitar dos Voluntários Académicos surge, desta forma, associada a uma vaga de pilhagens, saques e mortes na região, por acção de bandoleiros armados de paus, chuços, foices e outros artefactos.

Aquando da tomada do forte da Nazaré, a 5 de Julho 1808, os estudantes distribuíram cerca de 100 armas e algumas munições aos populares que aí se concentraram, e, enquadrados por magotes de paisanos armados partiram em direcção a Leiria⁽⁵⁰⁾, onde já não conseguiram entrar, pelo facto de a cidade ter caído às mãos do inimigo. Na verdade, apesar das vozes que davam como certa a rendição dos franceses, Leiria conservava-se calma, sob domínio de uma elite afrancesada e debaixo da protecção de um destacamento militar francês.

Integrando um corpo de elite, cuja finalidade de intervenção favorecia, na prática, o motim, o alvoroço e a guerrilha, os estudantes iniciados nas 'fartes de Marte" organizaram e asseguraram, paralelamente, o patrulhamento de estradas, a sinalização, por meio de foguetes, de posições defensivas, o policiamento e a negociação política, em caso de reposição de autoridades legítimas ou de recomposição dos poderes municipais.

Os membros do corpo de Voluntários Académicos, não sendo de extracção militar, estavam vinculados a uma voz de comando. Para além do fardamento e respectivas insígnias, a sua legitimidade de combatentes da pátria foi também posta à prova na identificação de acções de espionagem e no arrolamento de prisioneiros de guerra, missões que executavam com calculada prudência e que davam a conhecer ao público nestes

longe, e inculcavam a marcha de um exército", José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 191.

⁽⁴⁹⁾Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., p. 53.

⁽⁵⁰⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 197.

termos: "No dia 27 [Julho] foi preso para as partes de *Miranda do Corvo*, o capitão *Gama* Portuguez, que levava cartas de *Junot* para o General *Loison*. Tem-se também lançado, e vai lançando mão de alguns sujeitos, cujos nomes não referiremos, por ignorarmos, se os seus delitos são supostos ou verdadeiros. Todos se vão remetendo para o Porto com as levas dos prisioneiros⁽⁵¹⁾.

No desenrolar da guerra, o corpo de Voluntários Académicos funcionou também como caixa de ressonância do patriotismo que inflamou os espíritos livres da Academia. No seu seio nasceu, a 11 de Julho de 1808, o primeiro jornal da cidade, a *Minerva Lusitana*, fonte da notícia que acabámos de mencionar. O nascimento da *Minerva Lusitana* mantém uma relação estreita com o movimento de libertação de Leiria. A publicação do jornal ocorre quatro dias depois da desanexação definitiva da cidade pelo exército francês. O plano de evacuação das tropas do general Margaron iniciou-se, precisamente, a 7 de Julho de 1808 e o primeiro número da *Minerva Lusitana* vem a público a 11 de Julho do mesmo ano. Na ocasião e segundo um articulista do jornal, procurou-se "anunciar ao público o que os estudantes tinham obrado de glorioso [...] mas nem tempo mediou entre a sua generosa consagração à Pátria, e as acções briosas e de valor, que em obséquio e serviço delia cometerão e executarão [...]. Forão os francezes os que motivarão o pretexto á maledicência, e delles mesmos veio agora a feliz occasião para as acções gloriosas, com que tanto engrandece e avulta a reconhecida fidelidade e patriotismo do Corpo Académico"⁵¹ ⁽⁵²⁾ ⁵³.

Na verdade, a derrota das forças napoleónicas em Leiria foi acompanhada por uma intensa campanha de contra-propaganda do governo de Junot, iniciada nas páginas da *Gazeta de Lisboa*, de 14 de Julho de 1808, e estampada, de outra forma, em boletins de campanha da *Grande Armée*⁽⁵³⁾.

⁽⁵¹⁾*Minerva Lusitana*, n° 7, 19 Jul. 1808.

⁽⁵²⁾*Minerva Lusitana*, n° 17, 5 Ago. 1808.

⁽⁵³⁾ Depois de assinada a Convenção de Sintra e de expulso o exército comandado por Junot vem a público a seguinte referência: "No Bulletin, que os Francezes publicarão do combate de Leiria, em que o Senhor Margaron se reuniu ao Senhor General Thomiers, há hum parágrafo, que bem entendido faz lembrar muito o D. Quixote. Deixemos o contingente dos 7 mil homens, que os Senhores Thomiers e Margaron destroçarão; deixemos a moderação do vencedor depois de acabado o combate = l'instant du combat passé, la moderation a été

Referindo-se à nota oficiosa destinada ao exército francês, José Acúrsio das Neves afirmava que esta não passava de um rol de imposturas⁽⁵⁴⁾. Mas, em abono da campanha desenvolvida nas páginas da *Minerva Lusitana*, periódico cujo aparecimento estranhamente silencia, afirmava peremptoriamente: "É muito útil o conhecerem-se [os factos], para que os franceses e as suas decantadas proezas apareçam um dia como são, e não como eles se pintam"⁽⁵⁵⁾.

Ora, se o argumento do combate à propaganda napoleónica pesou na saída apressada dos prelos do primeiro periódico de Coimbra, a iniciativa da sua publicação não deixou de ser planeada e dirigida, ao mais alto nível, pelo vice-reitor e governador da cidade, Manuel Paes de Aragão Trigoso. Este confiou o trabalho de edição do jornal a três influentes membros do corpo de Voluntários Académicos: a José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, opositor da Faculdade de Leis e vice-conservador da Universidade, a Joaquim Navarro de Andra de, lente da Faculdade de Medicina e a Frei Luís do Coração de Maria, ajudante do Observatório Astronómico. Os trabalhos de composição do mesmo periódico, executados na Oficina Tipográfica da Universidade, debaixo

égale á la valeur, et l'ordre a de prés suivi la victoire =", *Minerva Lusitana*, nº 38, 19 Set. 1808.

⁽⁵⁴⁾ "Inventou Junot um exército de 7000 insurgentes das províncias do Norte, reunidos em Leiria e marchando armados sobre Lisboa, publicando que vinham destruir o exército francês. Fez-lhes dar uma batalha campal pela divisão de Margaron, em que os franceses tinham feito desaparecer tão rapidamente as vantagens do número e da posição dos insurgentes que metade das tropas e a totalidade da artilharia não tiveram tempo de entrarem em acção. Anunciou conseqüentemente o completo desbarato do nosso exército, deixando quinhentos insurgentes mortos no campo de batalha, e os mais largando as armas para fugirem, ficando ao mesmo tempo libertados alguns dragões das brigadas de correspondência que isoladamente tinham sido presos. Segue-se um parágrafo muito notável a respeito da humanidade do general. *A per da do inimigo*, diz o boletim, *mais considerável haveria sido se o senhor general Margaron não tivesse contido a indignação das tropas: passado porém o instante do combate, foi a moderação igual ao valor, e a ordem seguiu de perto a vitória*. Sepulcros de Leiria! Convençei a impostura com que têm enganado o mundo", remata José Acúrsio das Neves, *ob. cit.*, vol. 2, t. IV, pp. 206-207.

⁽⁵⁵⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, *cit.*, t. IV, vol. 2, p. 206.

da inspecção do doutor José Joaquim de Faria, não careciam de licença de impressão, bastando para o efeito a aprovação do vice-reitor.

Num ano, entre 1808 e 1809, publicaram-se 162 números da *Minerva Lusitana* e 9 Suplementos. O periódico era composto em cadernos de quatro páginas, ou seja, a sua mancha cabia num *in fólio* dobrado. Os suplementos, de extensão variável, tinham em média o dobro da paginação dos números avulsos. No período imediato à libertação de Leiria, ou seja, de 11 de Julho e 31 de Dezembro de 1808, saíram da Oficina Tipográfica 74 números da *Minerva Lusitana* e 8 suplementos do mesmo jornal. Este, que chegou a ter no primeiro mês de edição uma periodicidade diária, diminui a frequência de edição para três vezes por semana acabando, em Novembro e Dezembro, por estabilizar como publicação periódica bissemanal.

A *Minerva Lusitana* teve edições diárias esgotadas e, em Agosto de 1808, chegou a alcançar tiragens pouco inferiores a três mil exemplares. Vendia-se a 30 cêntimos, os suplementos a 60 cêntimos e dava lucro à Imprensa da Universidade. Distribuída em todo o país e enviada regularmente para várias localidades em Espanha, - nomeadamente para Saragoça, Sevilha, Badajoz e Madrid - divulgava relatos de campanha, cartas de particulares, proclamações, editais, pastorais diocesanas, listas de donativos, relações de mortos em campanha, notícias de epidemias e de sucessos revoltoso em Portugal, Espanha e outros países da Europa. A par de pequenas notícias de ocorrências reportadas, em cabeçalho, a locais e datas precisas, os artigos de fundo da *Minerva* conferiam historicidade às narrativas gerais da actualidade, apresentadas sobre a forma de discursos, como, por exemplo, o relato publicado em continuidade com o título: "Discurso sobre a origem e progressos da actual Revolução de Portugal".⁽⁵⁶⁾ O jornal encerrava sempre com uma secção de avisos, destinada a publicitação de obras ou a anúncios diversos, por vezes centrados na própria actividade editorial do jornal⁽⁵⁶⁾ ⁽⁵⁷⁾.

⁽⁵⁶⁾ A publicação do "Discurso sobre a origem e progressos da actual Revolução de Portugal" inicia-se no n.º 1 da *Minerva Lusitana* de 11 de Julho e continua a imprimir-se no corpo do jornal em pequenos excertos e sem interrupções até ao n.º 3 de 15 de Julho de 1808.

⁽⁵⁷⁾ A título de exemplo, o n.º 3 da *Minerva Lusitana* de 15 de Julho de 1808 termina com este aviso de publicidade ao número seguinte do jornal: "Amanhã 16 do corrente mez de Julho se publica a Pastoral do Reverendo Vigário Geral

Ñas páginas da *Minerva Lusitana*, os bravos feitos dos Voluntários Académicos eram normalmente erigidos em símbolos maiores de resistência contra o ocupante francés. Os relatos das acções dos alunos de Marte enalteciam a virtude cívica e a liberdade dos jovens estudantes e professores da Universidade que pugnavam de diversos modos pela libertação da pátria.

Leiria encontra-se, em 1809, no grupo de cidades que recebem mais jornais da Imprensa da Universidade. Absorve, em média, 185 exemplares por remessa colocando-se ao lado de Santarém, para onde são expedidos 180 jornais por edição. Com cifras superiores encontram-se Lisboa que, em média, assegura a distribuição de 959 exemplares e Évora que consome, em média, 236 tiragens por cada número publicado⁽⁵⁸⁾.

A notícia da libertação de Leiria não foi imediata, surgindo a primeira parte do artigo que a ela se reporta a 23 de Julho de 1808, com um desfazamento de três semanas em relação aos factos narrados. Da autoria do voluntário académico Vitorino de Barros Carvalhais, "A relação da marcha, e do sucesso da expedição do destacamento que de Coimbra se dirigiu a Pombal e Leiria", saiu em quatro números seguidos, concluindo-se a sua publicação a 28 de Julho de 1808. O texto oculta muitos episódios conhecidos e passa uma esponja pelos aspectos mais dramáticos da luta que então se travou. Mas o que não é dito fica, de certo modo, subentendido nesta eloquente passagem em que se afirma que o plano dos Voluntários Académicos talvez pudesse ter avançado "se os inimigos vindos de Lisboa não tivessem ocupado Leiria por traição, segundo se afirma, de pessoas da mesma Cidade"⁽⁵⁹⁾.

Antes de apontar para a existência de actos de traição dos habitantes e das autoridades locais, o mesmo jornal antecipava o julgamento dos chamados "traidores", dividindo-os em duas classes: "os que conspiravam contra a nação", votados à morte, e os "vacilantes" que com eles pactuavam, merecedores de castigo exemplar. A razão de ser da distinção era clara. Como os traidores à pátria "têm o seu crime à vista,

de Coimbra, a Proclamação do Intendente Geral da Policia do Porto, hum Edital do dito, e huma Proclamação anonyma do Porto".

⁽⁵⁸⁾ Cifras constantes do trabalho de Seminário de licenciatura, por nós orientado, de Telma Margarida Bica Lopes, *Minerva Lusitana (1308-1809)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2008, p. 11.

^m *Minerva Lusitana*, n.º 12, 27 Jul. 1808.

devem ser logo conduzidos à morte: o seu sangue he necessário ao povo; he necessário a nós mesmos, para a nossa segurança; he necessário aos que ainda estão vacilantes, para assim por força aprenderem a entrar no caminho da honra.⁽⁶⁰⁾ O crime de traição à pátria surgia assim equiparado ao crime de Lesa-Majestade. Compreende-se. Na aceção conservadora, a pátria, como instância sacral, participava intrinsecamente da aliança do trono e do altar.

"O silêncio dos inocentes": partidários e revoltosos

Importa então perguntar quando e como principiou o turbilhão político-militar que varreu a cidade de Leiria e seus arredores. Dissemos atrás que a primeira configuração desta História remete para a clivagem política das elites perante a ocupação. Em boa verdade, as divisões na esfera da governação local talvez tivessem começado antes mesmo da ocupação. O cumprimento das últimas instruções do ministro António de Araújo de Azevedo para os corregedores de comarca acentuava as divisões, em vias de clarificação, de campo político, pois nem em todos os municípios nem com o aval unânime das vereações se cumpriu a recomendação ministerial de aboletamento e de fornecimento ilimitado de provisões de boca a soldados e bestas do exército napoleónico⁽⁶¹⁾.

Em Leiria, o corregedor João Luís Pereira da Costa, enfrentando algumas resistências e dificuldades de abastecimento, procurou executar todas as ordens superiores, fossem elas ditadas por autoridades portuguesas ou francesas⁽⁶²⁾. Em geral, tal como aconteceu em Espanha, a escassez de fundos, provisões e roupa tornou-se endémica com o passar do tempo. Mesmo assim, esse facto não impediu que os magistrados locais, em vez de acautelarem a constituição de reservas nos celeiros

^m *Minerva Lusitana*, n.º 7, 19 Jul. 1808.

⁽⁶¹⁾ Cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Códice 1470, fl. 419. Cópia da carta de António de Araújo de Azevedo de 26 de Novembro de 1807 aos corregedores de comarca do reino.

⁽⁶²⁾ Neste ponto, importa relevar as atribuições conferidas por decreto imperial aos corregedores-mores, categoria distinta dos corregedores de comarca. Sobre o tema veja-se José Subtil, "Portugal e a Guerra Peninsular. O maldito ano de 1808", *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. VII, 2008, pp. 156-157.

da terra, ordenassem, em primeiro lugar, a distribuição dos víveres armazenados ao exército ocupante⁽⁶³⁾.

Após a restauração da cidade, a 1 de Julho de 1808, proclamada na rua por um bando insurgente vindo do exterior, logo surge a notícia de uma contra-ofensiva francesa. Entretanto, todas as autoridades locais debandam. O bispo de Leiria, alegando prudência, recusa o governo da cidade. Convocado o senado da Câmara e ouvidos os representantes da nobreza e do povo decidiu-se confiar a presidência do município a Miguel Luís da Silva Ataíde que, no mesmo dia, abandonou o seu posto com a promessa de ir a Coimbra buscar mais apoio militar para assegurar a defesa das gentes da terra⁽⁶⁴⁾.

Em vésperas do massacre de 5 de Julho, "a jurisdição civil era exercitada pelo vereador mais velho, Álvaro Soares, porque os ministros também se retiraram, como e quando puderam, sem que contudo resultassem suspeitas contra eles, à excepção do corregedor, que foi por muito tempo a fábula do povo", conforme escreve Acúrsio das Neves⁽⁶⁵⁾. O mesmo autor tem o cuidado de acrescentar que não dispõe de elementos para condenar ou absolver o corregedor, acrescentando que aquele oficial de justiça tinha sido, aquando da retirada dos franceses, "ignominiosamente preso e conduzido a Coimbra, de Coimbra ao Porto, e somente solto depois de ter andado muitos meses pelas cadeias"⁽⁶⁶⁾.

Numa situação de vazio de poder e sem grande resistência político-militar, dada a notória ausência de uma voz de comando firme na condução das milícias e dos populares, deficientemente armados, o general Margaron, à frente de uma divisão de cerca de quatro mil homens, recupera o governo militar de Leiria, a 5 de Julho, e nomeia um corregedor-mor e dois adjuntos que, apesar de terem aderido antes

⁽⁶³⁾Ronald Fraser, *La Maldita Guerra de España...*, cit., p. 393.

⁽⁶⁴⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 194.

⁽⁶⁵⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 200.

⁽⁶⁶⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 200.

à revolução patriótica, "aceitaram de boa fé estes empregos", conforme salienta Acúrsio das Neves⁽⁶⁷⁾ *.

Avivando a memória dos conturbados episódios de saque e de devastação que precederam a reocupação francesa da cidade, após a temerária debandada dos magistrados locais, a *Minerva Lusitana* regista que, em "Leiria não havia então tropa, nem bandeiras; e entre as armas que o povo pôde haver, só se contavão 40 espingardas; as mais erão espadas, foutes etc.; mas essas poucas espingardas forão entregues a francezes"^m.

Entre o clero também se identificam fiéis servidores do exército napoleónico. O pároco da Sé, Francisco Alberto da Cruz, manteve sempre boas relações com a tropa invasora servindo de interlocutor em questões delicadas, como os enterramentos das vítimas ou a manutenção dos locais de culto. Pior fama tinha o prior do Convento da Graça a quem o povo chamava o bispo de Margaron⁽⁶⁹⁾. Apesar da convivência do prior com os franceses, antes e depois do massacre de 5 de Julho, Acúrsio das Neves admitia que tal pécadilho era perdoável, pois não constava que o padre, ao contrário de outros afrancesados, andasse envolvido "em maquinações contra o Estado"⁽⁷⁰⁾.

Não deixa contudo de ser interessante notar que na proclamação de Margaron, de 5 de Julho de 1808, aos martirizados habitantes de Leiria, os padres sejam especialmente convidados a rogar clemência aos céus e a pacificar as populações. Na sequência do mesmo acto público, segundo precisa Souto Rodrigues, os cidadãos "vendo-se na condição de povos vencidos na presença do seu vencedor, e no meio de hum exército armado", dirigiram-se ao quartel francês para acatarem as novas ordens que o português Pedro Mouzinho de Albuquerque se encarregava de traduzir⁽⁷¹⁾.

⁽⁶⁷⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 205.

^m *Minerva Lusitana*, n.º 38,19 Set. 1808.

⁽⁶⁹⁾ //O prior do convento da Graça padeceu a nota de ter sido feito bispo de Leiria por Margaron", José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 205.

⁽⁷⁰⁾ José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t. IV, vol. 2, p. 205.

⁽⁷¹⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., pp. 18-19.

Entre o povo, havia também espões pagos pelos franceses e, nas estradas, os correios interceptados revelavam a existência de uma rede extensa, ainda que bastante vulnerável, de homens arregimentados e prontos a servir, sem qualquer dramatismo, a causa napoleónica. Estes agentes dos franceses, recrutados em terras próximas e distantes, foram sendo progressivamente denunciados, presos e, em casos extremos, executados. Em princípios de Agosto de 1808, seis Voluntários Académicos ainda aprisionam nas imediações de Alcobaça, três espões e dois correios de Junot⁽⁷²⁾.

A nível militar, a desarticulação das Ordenanças locais, a falta de armas e munições e a ausência de uma voz de comando forte inclinavam os contingentes disponíveis para a desmobilização e para a fuga. Neste estado de coisas, o capitão-mor de Ordenanças, à frente de um punhado de homens, foi em mais do que uma ocasião obrigado a fugir disfarçado de paisano para salvar a pele⁽⁷³⁾.

Apesar de desarmadas e desguarnecidas, as estruturas militares locais acolheram um pequeno grupo de prisioneiros e desertores. Requereram a incorporação nas fileiras portuguesas pequenos bandos de desertores franceses, alemães de Hannover que abandonaram as hostes do general Thomiers, nas imediações do sítio de Machados em 15 de Julho de 1808, espanhóis que ainda se encontravam em solo pátrio e até portugueses que haviam servido nas fileiras do exército napoleónico e que, a i d e Agosto de 1808, se uniram aos seus compatriotas e ao corpo de Voluntários Académicos⁽⁷⁴⁾. Entram neste número os soldados e oficiais que estavam constrangidos a servir na Cavalaria da Guarda da Polícia de Lisboa, com destaque para Elisário de Carvalho, António Vieira Miguel de Andrade, Joaquim Manuel Ferreira Pratas, Tomaz Pessoa, Domingos José Teixeira, José Germano, Joaquim António, António Manuel e António José de Castro⁽⁷⁵⁾.

⁽⁷²⁾Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., p. 73.

⁽⁷³⁾João José do Souto Rodrigues, *Memória dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., pp. 12-13.

⁽⁷⁴⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., pp. 67-68.

⁽⁷⁵⁾Frei Inácio de S. Carlos, "Apontamentos para huma Historia da Restauração do Reino em 1808", *apud* Cristovão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia*

Com o agravamento da conjuntura militar, depois da saída voluntária da divisão de Margaron, em 7 de Julho de 1808, a cidade de Leiria parece ter ficado deserta. O temor de represálias, os boatos constantes e a falta de estruturas policiais e administrativas capazes de garantir a ordem pública e os abastecimentos urbanos são algumas das razões que explicam a fuga para o campo de muitos habitantes de Leiria. Havia mais de um mês que as gentes da terra andavam em alvoroço, não gozavam de quaisquer mecanismos de segurança, eram atraídas ou provocavam emboscadas, enfrentando, ao sabor das circunstâncias, as armadilhas da política local e as mais terríveis atrocidades da guerra.

Com o passar do tempo, não se regista qualquer iniciativa da vereação municipal para provimento das instituições de governo local. Nem os estados ou grupos com representação na Câmara, a nobreza, o clero e o povo, intentam constituir qualquer Junta local ou provincial, à semelhança do que ia acontecendo por toda a parte, e em especial no norte do país⁽⁷⁶⁾.

Nesta conjuntura, a falta de autonomia revelada pelas elites locais na condução do processo político era de tal modo comprometedora e ameaçadora da ordem pública que o governador de Coimbra fora obrigado a enviar um emissário a Leiria, ou seja, um oficial académico, com o objectivo de restituir e restaurar as autoridades legítimas, obrigando os oficiais da Câmara e Justiça a assumirem o exercício de suas funções.

Em finais de Julho de 1808, a menos de duas semanas da concentração prevista dos Exércitos britânico e português em Leiria, com a colaboração do juiz de fora António Duarte da Fonseca Lobo, foram afixados nas paredes dos edifícios principais e colados nos muros de ruas e praças da cidade editais, obrigando as populações foragidas a regressarem a suas casas⁽⁷⁷⁾. Para mobilizar a adesão dos povos e garantir o abastecimento de

Organica e Politica do Exercito Portuguez. Provas, vol. XIII, *Guerra Peninsular*, Lisboa, 1921, pp. 257-258.

⁽⁷⁶⁾ José Viriato Capela (coord.), *O Heroico Patriotismo das Provincias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2008.

⁽⁷⁷⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, *cit.*, pp. 63-64.

mais de três mil rações às tropas aliadas foram igualmente pronunciadas exortações e proclamações que vaticinavam a proximidade da vitória⁽⁷⁸⁾.

A memória das vítimas: o massacre de 5 de Julho de 1808

Para além da rememoração avulsa dos mortos da guerra, fixada pelo autor da *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, não subsiste qualquer registo rigoroso e credível de vítimas para a cidade de Leiria e seu termo. As estimativas avançadas por alguns autores da época revelam-se também pouco razoáveis. Souto Rodrigues contabiliza, em 1808, apenas 121 mortos. Descontando 40 homens caídos em combate, a maioria dos defuntos eram, segundo afirma, "mulheres, crianças, cegos, aleijados e outras pessoas inábeis"⁽⁷⁹⁾.

Confrontando a população do Bispado de Leiria em 1801, data do último censo de que há notícia, com os números apurados em Outubro de 1810, verifica-se que houve um decréscimo de 982 almas⁽⁸⁰⁾. De acordo com os dados remetidos ao governo do reino, a diocese teria então 66.486 habitantes. De qualquer modo, depois das campanhas de 1808, "no curto espaço de dous annos tem regenerado esta povoação, a ponto de quasi se não descobrirem os danos e ruínas causados pelos inimigos", acrescenta o oficial que regista a contagem realizada por ordem do

⁽⁷⁸⁾ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Patriotismo Académico...*, cit., pp. 56-57.

⁽⁷⁹⁾ João José do Souto Rodrigues, *Memoria dos mais notáveis acontecimentos que houve em Leiria...*, cit., p. 15.

⁽⁸⁰⁾ IAN/TT, Fundo dos Condes de Linhares, maço 37/18. Ofício de José de Sousa Oliveira remetendo um mapa da população daquele bispado antes e depois da Invasão dos Franceses. Registe-se que Leiria tinha, em 1810, 570 fogos. Uma monografia local precisa que morreram, no decurso da guerra, 214 homens e 305 mulheres e que fugiram da cidade 3000 habitantes, cifra que julgamos ser muito elevada. Cf. Ana Paula Margando, *Leiria, História e morfologia urbana*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1988, p. 71. Com base em fontes fiscais, isto é, no registo da décima, foi possível concluir que existiam, em 1811, após a retirada dos franceses, "531 fogos, dos quais somente 44,8% foram taxados, pois foram contabilizados 38 prédios inabitáveis, 91 desocupados, 24 queimados, 75 alagados e 130 arrasados sobre os quais não recaíam as taxas", Ricardo Charters d'Azevedo, *As destruições provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*, Leiria, CEPAE, 2009, p. 8.

bispado de Leiria⁽⁸¹⁾. Não cabe aqui avaliar o agravamento da situação demográfica causado pela terceira Invasão Francesa, cujas consequências foram tão ou mais gravosas e devastadoras para a região do que o rasto de miséria, luto e desolação deixado em 1808. Gostaríamos apenas de registar que, em 1822, por iniciativa do ministro liberal Felipe Ferreira de Araújo e Castro, se procedeu ao apuramento da situação de todos os órfãos que haviam perdido os progenitores no decurso da guerra. No decénio imediato à expulsão definitiva dos invasores, a cidade de Leiria e seus arrabaldes apresentava para 22 freguesias, 537 órfãos, um quarto dos quais com ofício ou a trabalhar⁽⁸²⁾.

Mesmo quando afastados os cenários mais catastrofistas, as perdas resultantes do confronto político-militar com os franceses estão sempre presentes no discurso daqueles que testemunharam as pilhagens, os enforcamentos e o massacre de 5 de Julho. Dois meses depois é ainda muito viva a memória "da degolação dos religiosos Arrábidos que esta vão na Igreja perante o Sacramento exposto, e orando a Deus para que lhes valesse naquela hora"⁽⁸³⁾. A desolação aflora também quando se fala da pobreza a que foram reduzidos os habitantes da cidade, dos insultos e do roubo a que se sujeitou o prelado da diocese, pois os franceses não pouparam "a sua copiosa e rica livraria, de que rasgarão todos os livros"⁽⁸⁴⁾, como regista, um elemento do corpo de Voluntários Académicos.

No quadro das atrocidades da guerra, ressalta a representação lendária do confronto com os franceses no sítio da Portela, ocorrido a 5 de Julho de 1808, e que contribuiu para forjar os primeiros heróis locais. Na narrativa de José Acúrsio das Neves, o *pathos* emocional da revolta sublima o horror causado pelo impacto brutal e sangrento da chacina perpetrada a gente inocente e totalmente desprotegida. A pintura do massacre suspende a narrativa da "mais horrível carniceria" de que havia memória, concentrando a aflição provocada pela desmedida

(81) IAN/TT, Fundo dos Condes de Linhares, maço 37/18. Ofício de José de Sousa Oliveira remetendo um mapa da população daquele bispado antes e depois da Invasão dos Franceses.

(82) IAN / TT, Ministério do Reino, Maço 494, caixa 615. Resposta do corregedor de Leiria à portaria do Ministério do Reino de 31 de Agosto de 1822.

^m*Minerva Lusitana*, n.º 38, 19 Set. 1808.

^m*Idem, ibidem.*

violência e pela irremediável reparação de dois sobreviventes. Ao conferir lastro memorial à dramática experiência desses estropiados, Acúrsio da Neves contrapõe ao finalismo trágico de um campo juncado de mortos a história heroica de uma figura quase paradoxal, de triste fado mas de nome Feliz, que escapa ao anonimato por ter conseguido sobreviver à chacina colectiva.

A violência e o ritmo frenético da execução são captados pela escrita nervosa do narrador nestes termos: "Não saciados ainda com o sangue das vítimas, de que os cadáveres juncavam as ruas da cidade, passaram a fazer uma caçada geral dos homens que puderam descobrir e arrancar dos seus esconderijos, e os conduziram ao sítio de S. Bartolomeu, para aí os arcabuzarem. Entrou neste número o mesmo Feliz Lourenço [...]"⁽⁸⁵⁾, o herói da contenda, que havia sido construtor e feitor da estrada real e que, talvez por esse motivo, tinha servido os franceses e pactuado com os patriotas.

O pobre homem, saído do anonimato por um golpe de infortúnio e colocado no limite improvável de uma execução em que a vítima ousa testemunhar para a posteridade a sua própria tragédia, fez valer assim a grandeza da sua figura: - "Foi com efeito conduzido ao monte, onde já se achavam os outros infelizes, e imediatamente lançado por terra com uma grande pancada de coronha na cabeça e começou a mais horrível carniceria que pode caber na impiedade dos homens. Estavam pela maior parte de joelhos, e com as mãos levantadas, suplicando uns piedade aos céus, e outros a vida aos assassinos; e estes malvados, sem se comoverem a tantas lágrimas e sem lhes tremerem as mãos cevaram de sangue frio as espadas e as baionetas nos corpos de tantas vítimas [...]. Dois escaparam com vida naquele acto, mas um destes veio a expirar três dias depois; o outro, que é Feliz Lourenço, ainda vive, mas em que estado? Com o corpo e o rosto desfigurado pelos vestígios do fogo e pelas cicatrizes de 28 picaduras de baioneta, com o olho esquerdo de menos, que lhe levou uma bala, com os ossos do antebraço direito despedaçados, inutilizados os tendões e paralisada a mão. É dele mesmo que eu tenho as particularidades deste sucesso espantoso, de que não resta alguma outra testemunha a não ser os próprios assassinos!"⁽⁸⁶⁾.

⁽⁸⁵⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., t IV, vol. 2, pp. 203-204.

⁽⁸⁶⁾*Idem, ibidem.*

Magistral na construção visual de uma execução de guerra convertida em martírio para um sobrevivente, escrevendo sem artifício e utilizando apenas a emoção e a naturalidade para exprimir os acontecimentos, Acúrsio das Neves coloca os heróis e as vítimas das Invasões Francesas, sem distinção de hierarquia, estado ou condição, no mesmo pedestal. O seu lema é claro: "os libertadores da pátria são dignos de recomendar-se ao reconhecimento do soberano e da nação, e os seus nomes de serem transmitidos à posteridade com a glória que lhes é devida. Não farei diferença de grandes e pequenos: pelas acções é que os homens se ilustram; o heroísmo e a virtude fazem a verdadeira grandeza"⁽⁸⁷⁾.

A sua narrativa da chacina de S. Bartolomeu no sítio da Portela é perpassada pela mesma inquietude e comoção que Francisco Goya colocou, com tremenda genialidade, em duas das suas obras mais conhecidas, *O Dois de Maio* e o *Três de Maio*, ambas relativas ao levantamento e aos fuzilamentos que tiveram lugar na capital espanhola na primeira daquelas datas⁸⁷ ⁽⁸⁸⁾. Tendo em fundo estes testemunhos vivos da guerra, Ronald Fraser salienta que "Goya fue uno de los primeros artistas, si no el primero, en representar al pueblo anónimo como héroe y forjador de la historia"⁽⁸⁹⁾ ⁹⁰. Neste aspecto, é também clara a identificação de perspectiva do pintor espanhol com o autor português da *Historia Geral da Invasão dos Franceses*^m. Na descrição de outros episodios de luta contra o mesmo inimigo comum, o historiador que não conheceu os cenários, os protagonistas e os tormentos retratados pelo artista na sua famosa série de gravuras intitulada *Desastres de la Guerra*, sentiu-se igualmente tocado por semelhantes quadros de miséria e destruição vividos em

⁽⁸⁷⁾José Acúrsio das Neves, *Historia Geral da Invasão dos Franceses em Portugal...*, cit., 1.1, vol. 1, p. 44.

⁽⁸⁸⁾ A memória histórica deste episódio e as suas metamorfoses políticas têm sido objecto de diferentes enfoques. Para a revisão da construção literária, artística, cívica e patrimonial do mito em torno do 2 de Maio, vejam-se as contribuições recentes de Christian Démangé, *El Dos de Mayo. Mito y fiesta nacional (1808-1958)*, Madrid, Marcial Pons/CEPC, 2004; e Christian Démangé, Pierre Géal, Richard Hocquelllet, Stéphane Michonneau y Marie Salgues (eds.), *Sombras de Mayo. Mitos y Memorias de la Guerra de la Independencia en España (1808-1908)*, Madrid, Casa Velázquez, 2007.

⁽⁸⁹⁾Ronald Fraser, *La Maldita Guerra de España...*, cit., p. 758.

⁽⁹⁰⁾ Ana Cristina Araújo, *Memória e mitos da Guerra Peninsular em Portugal...*, cit., pp. 271-272.

Portugal e fixou-os, através da escrita, com o mesmo vislumbre trágico e revoltoso que encontramos nas gravuras de Goya.

Apesar da sua irredutível singularidade, os dois autores, o narrador e o pintor, parecem comungar de uma sensibilidade humanamente dolorosa, tão dilacerante quanto tensa e insubmissa, típica de um período de transição e de um contexto de guerra. Analisando os *Desastres de la Guerra* de Goya, os especialistas têm destacado dois registos de representação: um traço vigoroso e sublime na refiguração brutal da morte, das vítimas da guerra e de cenas de devastação e miséria; e, paralelamente, um acento de fulgurante inconformismo, marcado pelo tratamento irónico dado aos agressores, às cenas de costumes, aos actores tradicionais e referências a instituições e símbolos nacionais⁽⁹¹⁾.

Em Goya, o contraste das luzes e sombras da pintura e a força sugestiva do traço do desenho remetem para a categoria estética do sublime, para a nova valorização da obscuridade e dos efeitos de terror na arte, tal como teorizou, entre outros, Edmund Burke em *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful* (1757).

Deste modo, o apelo irreprimível da verdade conjuga-se com a solicitação social da obra estética, fazendo ressaltar o carácter agonístico da representação, o terror, a libertação do criador e a singularidade da sua experiência vivencial. De acordo com Burke, o sublime surge, portanto, como expressão estética de um grande poder, como síntese da força esmagadora da ideia e da forma arquitectada pelo espírito humano, enfim, como resposta sensível, não isenta de um forte vínculo ético, ao carácter contingente e contraditório da vida. Por isso, e segundo as suas palavras, "Whatever is fitted in any sort to excite the ideas of pain and danger; that is to say, whatever is in any sort terrible, or is conversant about terrible objects, or operates in a manner analogous to terror, is a *V.

(91) Nigel Glendinning, "Goya y la Guerra de la Independencia", in *Miradas sobre la Guerra de la Independencia*, Madrid, Biblioteca Nacional, 2008, pp. 39-60; V. Bozal, *Francisco Goya. Vida y obra*, Madrid, TF Editores, 2005; I. Aguillar et al., "Dos visiones del conflicto: los Desastres de la Guerra de Francisco Goya y otras estampas de la Guerrade la Independencia", in *Miseria humanidad la culpa es tuya: estampas de la Guerra de la Independencia*, Madrid, Ayuntamiento, Calcografía Nacional, Caja Asturias, 1996; J. M. Matilla, "Imágenes del horror: de la conmemoración a la reflexión", in *ibidem*.

source of *sublime*; that is productive of the strongest emotion which the mind is capable of feeling"⁽⁹²⁾.

Ora, se a arte que sublima a realidade adquire, nos alvares do século XIX, uma importância crescente na vida social, também o fundamento da apreciação estética não se desliga do poder da palavra e da obra monumental do historiador. Esta, na escrita de Acúrsio das Neves, surge inequivocamente subordinada a um protocolo de historicidade moderno e secularizado, e igualmente próximo do pensamento tradicionalista de Edmund Burke⁽⁹³⁾.

Recorde-se que, em *Reflections on the Revolution in France* (1790), Burke repudia a ideologia e a experiência revolucionária francesa de 1789, sustentando que a tradição e a História constituíam o principal esteio da moderna teoria política. Como observámos em outro trabalho, o sentido da História valoriza a continuidade imanente entre o passado e o presente e reitera o primado da herança e da temporalidade histórica na ideação do futuro⁽⁹⁴⁾. Compreende-se assim que o retorno à tradição ilumine, em claro-escuro, a dramatização colectiva do momento presente, narrado a um ritmo vertiginoso por José Acúrsio das Neves, com um duplo propósito: dar voz à revolta contra a tirania de Napoleão e salvar do esquecimento as vítimas e os heróis da guerra.

Do ponto de vista da memória, o ardente patriotismo do autor que dessacraliza a História é o mesmo que confere um toque martirológico aos heróis da narrativa. Esta "transferência de sacralidade", na acepção de Mona Ozouf⁽⁹⁵⁾, funciona como garantia de segurança para os

⁽⁹²⁾ Edmund Burke, *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*, Introduction and notes by J. T. Boulton, London, Routledge and Kegan Paul, 1958, p. 39.

⁽⁹³⁾ Recorde-se que a 1.^a tradução para português de Edmund Burke surge em 1812, por obra de José da Silva Lisboa. No prefácio à colectânea traduzida Silva Lisboa escreve: "Edmund Burke havendo na Gran Bretanha adquirido celebridade, pelos escritos que deo á luz sobre o *Sublime*, e a *Defensão da Sociedade Civil* [...] elevou-se em fim à immortal fama por varios discursos contra a Revolução de França" que também traduz e divulga em *Extractos das Obras Politicas e Económicas do grande Edmund Bruke*, Lisboa, Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1822, p. III ss. Recorremos, nesta citação, à 2.^a edição da obra.

⁽⁹⁴⁾ Ana Cristina Araújo, *Memoria e mitos da Guerra Peninsular em Portugal...*, cit..

⁽⁹⁵⁾ Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire (1789-1799)*, Paris, Gallimard, 1976.

sobreviventes e como cenário ideal para o aparecimento de novos cultos cívicos em torno dos mártires da liberdade e dos heróis da guerra. Desta forma se criam as condições reais para a criação do imaginário colectivo da revolta e correspondente imposição de novos mecanismos de sacralização de figuras e símbolos, de carácter político.

Apesar do lastro memorial da obra de José Acúrsio das Neves e dos apelos dirigidos pelos governadores do reino ao Príncipe Regente para que se condecorassem os mais ilustres combatentes e se glorificassem para a posteridade os heróis não apenas militares mas também civis da guerra, seria preciso esperar pelo triunfo da causa liberal, em 1820, para que o direito à consagração memorial dos que morreram pela pátria e em defesa da liberdade fosse discutido em Cortes⁽⁹⁶⁾.

Em Espanha, são anteriores as primeiras iniciativas de reparação pública dos heróis da guerra. Em Saragoça, o grémio dos *Lumineros* apresentou, ainda em 1808, ao poder municipal a proposta de construção de um monumento ao general José Palafox, defensor da cidade, que não teve seguimento. Em Madrid, a Academia de S. Fernando pôs a concurso a edificação de um monumento em honra e memória das vítimas do Dois de Maio⁽⁹⁷⁾. Em Gerona, a campanha tendente à heroicização do bravo general Mariano Álvarez de Castro ligou-se à memória religiosa dos habitantes da cidade e antecedeu o aparecimento, depois da morte de Castro, de um culto fúnebre e cívico à sua figura⁽⁹⁸⁾.

Em ambiente de grande exaltação patriótica, a Junta Central sobrepôs-se, entretanto, às iniciativas comemorativas locais e, precocemente, em Março de 1809, estipulou as condições simbólicas e materiais de elevação dos cultos de memória devidos aos heróis da guerra. O modelo

⁽⁹⁶⁾Nas Cortes foi criada uma Comissão para examinar os serviços e os feitos dos patriotas que preparam a libertação do país e a Revolução de 1820, porém, dadas as clivagens de opinião dos deputados, a questão arrastou-se até 1823, ano que assinala o início da Contra-Revolução. Sobre o assunto, veja-se Isabel Nobre Vargues, *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva, 1997, pp. 72-73.

^m Pierre Géral, "Un siglo de monumentos a la Guerra de la Independencia", in Christian Démangé, Pierre Géral, Richard Hocquellet, Stéphane Michonneau y Marie Salgues (eds.), *Sombras de Mayo...*, cit., p. 137.

⁽⁹⁸⁾ Stéphane Michonneau, "Álvarez de Castro. La fabrica de un héroe", in Christian Démangé, Pierre Géral, Richard Hocquellet, Stéphane Michonneau y Marie Salgues (eds.), *Sombras de Mayo...*, cit., pp. 345-352.

de consagração aprovado privilegiava o heroísmo colectivo, em Saragoça e Gerona, ao contrário dos cultos personalizados que despontaram nas duas cidades anteriormente sitiadas. Como explicita Pierre Géal, as Cortes de Cádiz seguiram a orientação definida pela Junta Central e adoptaram "medidas similares com outras ciudades vítimas de prolongados sítios", com destaque para Ciudad Rodrigo, Astorga e Tarragona⁽⁹⁹⁾.

Em Portugal, e evocando, em concreto, os episódios da ocupação e da resistência de Leiria, compreende-se, depois de narrada a História, o duplo silêncio que se abateu sobre os acontecimentos e os seus protagonistas: vivos, mortos e desaparecidos. Do ponto de vista político, o pertinaz afrancesamento das autoridades locais, a falta de compromisso dos poderes judiciais e municipais na reposição da autoridade legítima, a postura indecisa do bispo e dos padres da cidade, ultrajados e ofendidos, dos dois lados da barricada, e o vazio de poder que propiciou a chacina colectiva do povo em fúria e em fuga cristalizaram uma série de imagens de derrota, fracasso e insubmissão.

Num primeiro momento, a resistência do povo indefeso, sufocada pelo banho de sangue derramado pelos insubmissos da terra às mãos do exército ocupante, tornou patente a falência temporária das autoridades que representavam o despotismo régio. Com o passar dos anos, o circunstancial vazio de poder que tudo consentiu foi abafado por um silêncio de ferro, ditado pela censura e pela conveniência de encobrir a memória de um acontecimento aviltante para o patriotismo local, cuja evocação representava, para todos os efeitos, uma duradoura provocação para os caudilhos político-militares ao serviço da Coroa. Bem vistas as coisas, só a organização do esquecimento em torno de um acontecimento tão trágico, como o que tinha tido lugar em Leiria, poderia justificar a necessidade de retorno ao legítimo exercício do poder e alimentar a ilusão sucedânea de intocabilidade da monarquia absoluta. Ao silêncio das vítimas, votado à vala comum da História, acabou por sobrepor-se, por mais de dois séculos⁽¹⁰⁰⁾, a imagem distinta e triunfante dos agraciados do regime,

⁽⁹⁹⁾ Pierre Géal, "Un siglo de monumentos a la Guerra de la Independencia", in Christian Démangé, Pierre Géal, Richard Hocquellet, Stéphane Michonneau y Marie Salgues (eds.), *Sombras de Mayo...*, p. 138.

do) Volvidos duzentos anos sobre a data do massacre de 1808, foi desterrada uma placa pública, no dia 5 de Junho de 2008, alusiva ao acontecimento e de homenagem às vítimas, colocada no muro sul do Convento da Portela (Rua Dr.

dos vencedores, ou seja, dos militares ingleses e portugueses que se haviam notabilizado na guerra e a quem a Corte do Rio de Janeiro mandara tributar títulos e honras cívicas.

João Soares). Esta evocação sem carácter monumental só recentemente, portanto, passou a esta inscrita nos "lugares de memória" da cidade de Leiria. Na sequência desta iniciativa realizou-se, nos dias 14 e 15 de Julho, no Instituto Politécnico de Leiria, o Colóquio: "200 anos após as *Invasões Francesas*. Impacto e dinâmica na região", em que participámos e cuja publicação das Actas se aguarda.